

*IEFP - Reunião com o Presidente do Conselho Diretivo*

## Carreiras, mobilidades e precariedade são as principais preocupações

O SINTAP reuniu esta quarta-feira, 31 de maio, com o Presidente do Conselho Diretivo (CD) do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP), António Valadas, tendo em vista a abordagem das principais matérias que preocupam os trabalhadores do Instituto, com as carreiras, os processos de mobilidade e o combate aos vínculos precários no centro das atenções.

### Transição das Carreiras do IEFP para as Carreiras Gerais

A proposta de transição das carreiras do IEFP para as carreiras gerais da Administração Pública nos termos da Lei nº 12-A/2008, de 28 de fevereiro, **está finalmente em fase de apreciação pelo Ministério das Finanças, na sequência da deliberação do CD de novembro de 2016, esperando o SINTAP que o resultado dessa apreciação seja rapidamente conhecido de modo a colocar-se termo a uma situação que se vem arrastando há demasiado tempo** e que deixa os Técnicos de Emprego, os Técnicos de Formação, entre outros, em desvantagem face aos demais trabalhadores da Administração Pública no que diz respeito ao desenvolvimento das suas carreiras.

### Mobilidade intercarreiras

No encontro desta quarta-feira, **o SINTAP obteve a informação de que estão 196 trabalhadores a aguardar despacho para que possam concluir-se os respetivos processos de mobilidade intercarreiras, processo ao abrigo do qual os assistentes operacionais e os assistentes técnicos detentores de licenciatura passarão para a carreira de técnico superior, ao passo que os assistentes operacionais detentores do 12º ano passarão para a carreira de assistente técnico.** Note-se que muitos destes trabalhadores já desempenham funções correspondentes às carreiras para as quais transitarão.

### Mobilidade entre órgãos e serviços

António Valadas informou também que, agora que está definitivamente revogado o regime de requalificação/mobilidade especial, e aprovado o novo regime de valorização profissional, **os 21 trabalhadores sob sua tutela que estavam integrados no regime agora extinto, deverão consolidar-se brevemente nos quadros do IEFP, sendo que o mesmo acontecerá com os trabalhadores que têm em curso processos de mobilidade entre órgãos e serviços.**

### Concursos das carreiras profissionais

Não obstante ter sido emitida sentença favorável aos trabalhadores no que diz respeito aos processos que resultaram dos concursos das carreiras profissionais, o SINTAP alertou para a necessidade de esclarecer de forma cabal como será feita a contagem do tempo de serviço destes trabalhadores para efeitos de progressão nas carreiras. Ainda a respeito das progressões nas carreiras, o Presidente do CD do Instituto informou que já foram fornecidos todos os dados dos

# INFORMAÇÃO SINDICAL



trabalhadores no âmbito do programa de Recolha de Informação sobre Vencimentos e Avaliação (RIVA).

## Combate à precariedade

O SINTAP defende que a todos os trabalhadores que satisfaçam necessidades permanentes dos serviços deve ser garantido um vínculo laboral permanente, independentemente da natureza do vínculo. Neste processo, deverá ser prioritária a resolução das situações dos psicólogos, dos orientadores, dos técnicos de serviço social, dos técnicos dos centros Qualifica (num total de cerca de 200 trabalhadores), entre outras.

## Formadores

O SINTAP questionou o Presidente do CD do IEFP quanto à internalização dos formadores que satisfaçam necessidades permanentes dos serviços, tendo António Valadas referido que essas situações terão de ser objeto de uma análise caso a caso, considerando que existem situações típicas de prestação de serviços.

## Acidentes de trabalho, juntas e atestados

O SINTAP colocou ainda um conjunto de outras questões, nomeadamente as relativas aos acidentes de trabalho, juntas médicas e atestados de incapacidade, uma vez que considera que os direitos e as garantias dos trabalhadores não se encontram devidamente acautelados. Relembramos que é o próprio Instituto que assume as responsabilidades por aquelas eventualidades e não uma companhia de seguros.

Ficou o compromisso de que o CD iria debruçar-se mais detalhadamente sobre esta questão, verificando se os trabalhadores não estão de facto a ser prejudicados.

## Proteção na Parentalidade

O SINTAP questionou o Presidente acerca da sua posição sobre este assunto, tendo o mesmo afirmado que, sempre que não haja uma resposta local à luz da Lei, o assunto tenha de ser remetido para os Serviços Centrais.

## Formação

Finalmente, referimos a necessidade de o IEFP facultar mais formação profissional aos seus próprios trabalhadores, tendo o Presidente informado que se encontra em fase de preparação uma alteração ao regulamento interno que valorizará a autoformação dos trabalhadores, enquanto não estão reunidas as condições para a negociação do Acordo de Empregador Público (ACEP), assunto este que esperamos que possa ser abordado na próxima reunião, a realizar oportunamente.

Lisboa, 1 de junho de 2017